

CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTEXTO HISTÓRICO E ANÁLISE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE IGUATU – CE

Elizabete da Silva Oliveira¹; Afrânio Vieira Ferreira¹; Roseane Fernandes Feitosa²; Raimunda Auríliia Ferreira de Sousa³

¹Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: elizabetesilva038@gmail.com

¹Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: afranio1930@gmail.com

²Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: roseanefernandes03@gmail.com

³Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: aurilia_sousa@yahoo.com

Resumo: A história da Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil é marcada por desafios e tensões que vão desde a falta de atenção necessária por parte das autoridades com tal modalidade, até mesmo a dificuldade que a mesma encontrou para ser implementada. Inicialmente a oferta desse ensino se deu devido a necessidade de ter uma mão de obra minimamente qualificada e barata, voltada a atender a nova demanda no âmbito industrial que acabara de surgir no final da década de 1930, no qual o Brasil vivenciava um momento de transição econômica incentivada pelo setor industrial, com a promessa da modernização do território brasileiro. A partir de então começaram a surgir alguns movimentos, com destaque para o de educação popular, que tinha como finalidade alfabetizar a população jovem e adulta do Brasil. Este artigo objetiva identificar estratégias de elaboração do currículo da EJA nas instituições de ensino que oferecem essa modalidade e como o mesmo é praticado pelos docentes das diferentes áreas. A construção desse trabalho se deu de duas formas: a primeira etapa constou de leitura e análise de textos já publicados sobre o tema e a segunda consistiu em uma pesquisa de campo na qual visitamos 2 (duas) instituições de ensino na cidade de Iguatu - Ce, com oferta na área pesquisada. Com as leituras e visitas realizadas, percebemos o quão difícil é planejar um currículo voltado para a EJA que seja sólido e que atenda as necessidades do público ao qual se destina, bem como os desafios que cercam tal modalidade.

Palavras-chave: História da EJA, Educação popular, Alfabetização.

Introdução

Beisiegel (1974) definiu como educação popular, uma educação concebida pelas elites aos mais pobres com o objetivo de prepará-los para executar certas condutas, onde o currículo trabalhado já seria pré-elaborado e só seria posto em prática, não tendo a participação popular na elaboração do mesmo. Já Arroyo (2001) definiu “educação popular” como um modo de fazer educação nascido dentro das classes populares e produzidas através de movimentos sociais. Aqui, diferentemente do que vimos na concepção anterior, o currículo é elaborado dentro dos próprios movimentos sociais e são trabalhados os assuntos mais pertinentes a realidade dos alunos.

Ambos, como vimos, trataram do mesmo tema, porém, elucidando visões completamente divergentes. O primeiro traz um conceito que se realiza de fora para dentro, algo imposto, uma visão elitista e excludente; já o segundo direciona o olhar para uma educação nascida nas próprias comunidades, um conceito de emancipação vindo de dentro para fora do meio a qual a mesma está inserida.

O contexto que envolve o currículo e toda a história da EJA no Brasil, assim como a educação de modo geral, se deu de maneira bastante conflitante, principalmente quando se refere a forma com que a mesma era ofertada. Há de ser ressaltado que só a partir da constituição federal de 1934 que a educação passou a estar presente na nossa legislação. Isso se deve a necessidade industrial da época de se ter uma mão de obra minimamente qualificada para exercer trabalhos de cunho industrial. A chegada da indústria, a modernização do território e a necessidade de se ter uma sociedade letrada, levaram o governo da época, juntamente com iniciativas de cunho privado, a implantarem as primeiras campanhas voltadas ao ensino de jovens e adultos. Em 1947 houve a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos apoiada por verbas do governo federal e da sociedade civil organizada. Não havia um currículo definido e, conseqüentemente, um processo de ensino consolidado para essa modalidade, que, aliás, nem era modalidade consolidada ainda, muito pelo contrário, pois, demoraria ainda muito tempo para chegar a tal patamar.

A EJA foi seguindo o curso das muitas mudanças sociais que ocorreram durante todo o século XX, principalmente dentro do contexto educacional. O meio que cercou a tão controversa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1961 foi cenário extremamente favorável ao surgimento de muitos movimentos de caráter popular, se manifestando através da mobilização da sociedade civil organizada. Na década de 1950 houveram muitas outras campanhas de alfabetização de cunho popular, motivadas principalmente por movimentos sociais que pressionavam o governo quanto a oferta de ensino, a saber:

Nesse momento, as iniciativas de alfabetização de adultos, o Movimento de Cultura Popular (MCP) da prefeitura de Recife; a Campanha 'De pé no Chão Também se Aprende a Ler', em Natal; a Campanha de Educação Popular (Ceplar), em João Pessoa; e o Movimento de Educação de Base (MEB), instituído pela CNBB, têm como palavra-chave a conscientização, e são financiadas pelo governo e por algumas prefeituras (SAMPAIO, 2009, p. 20).

Já no período militar, tivemos como principal campanha de alfabetização de adultos o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF que perdurou entre os anos de 1967 e 1985 e até hoje é considerada a mais sólida campanha do século XX, visto que atendeu praticamente todos os municípios do nosso país.

A história da EJA em território brasileiro, como podemos perceber, é bem complexa e se faz necessário compreender esse processo para que possamos entender o contexto atual. Por esse motivo, o presente trabalho justifica-se pela necessidade

de pesquisar a respeito do tema, buscando estudar a história de tal modalidade no Brasil bem como seu funcionamento nas instituições de ensino locais. Assim, este trabalho, no âmbito teórico, tem por objetivo apresentar como se deu o contexto histórico da EJA, evidenciando o currículo desta modalidade.

Busca também, na sua parte prática, identificar a maneira como ocorre o processo de elaboração do currículo para a EJA nas instituições escolares e como o mesmo é trabalhado pelos docentes das diferentes áreas, analisando quais as impressões dos professores a respeito do currículo trabalhado na instituição. Procura-se apresentar as principais dificuldades que os mesmos encontram ao se planejar um currículo que atenda a todos, verificar se no processo de formação acadêmica os docentes dispuseram de um ensino com disciplinas voltadas para a teoria e prática da EJA, bem como averiguar se há uma capacitação dentro da própria instituição em que os mesmos lecionam voltada para tal área. Têm-se como lócus de estudo empírico duas instituições de ensino, localizadas na cidade de Iguatu - Ceará, o Centro Educacional de Jovens e Adultos - CEJA e o Serviço Social do Comércio - SESC.

Metodologia

O presente trabalho trata de uma pesquisa de caráter exploratório que “[...] favorece a familiaridade, o aumento da experiência e uma melhor compreensão do problema a ser investigado [...]” (YIN, 2005, p. 24). Também tem caráter bibliográfico por se constituir “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 158).

Quanto ao método de abordagem, caracteriza-se como qualitativa por se tratar de uma “[...] investigação de valores, atitudes, percepções e motivação [...]” (GONÇALVES; MEIRELLES, 2004. p. 199), os quais foram utilizados para analisar a maneira como ocorre o processo de elaboração do currículo da EJA em duas instituições de ensino de Iguatu - CE . Para a coleta de dados foi utilizada entrevista com perguntas abertas para “[...] permitir o informante responder livremente, usando sua própria linguagem [...]” (CHEMIN, 2012, p. 67).

A entrevista contou com um total de 9 (nove) perguntas, das quais foram utilizadas 6 (seis) para análise neste estudo. As perguntas envolviam vários aspectos relacionados à formação acadêmica dos professores; principais dificuldades que encontram ao trabalhar o currículo da EJA na instituição; abordagens mais utilizadas no

trabalho com os conteúdos; existência de capacitação ofertada pela instituição de ensino entrevistada junto ao corpo docente pertencente a mesma; frequência com que é feito o planejamento curricular; foi perguntado também se, em geral, há algum documento que norteia quanto a orientação curricular e se a instituição faz uso da mesma.

As questões selecionadas discorrem sobre a maneira com que é elaborado o currículo pela escola, bem como aspectos relacionados à formação dos docentes. Para a coleta de dados foi utilizado o recurso de câmera de vídeo, onde as respostas puderam ser gravadas com autorização dos entrevistados. As perguntas foram respondidas pelas duas coordenadoras das instituições de ensino visitadas e por 4 (quatro) professores em cada uma das escolas visitadas. Após os questionamentos terem sido respondidos houve a apreciação e análise das respostas e, posteriormente, a transcrição das mesmas. O período de levantamento exploratório, coleta de dados e redação deste trabalho ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2016.

Resultados e Discussão

A EJA, no período de campanhas e movimentos de cunho alfabetizador, não possuía um currículo definido com os conteúdos e métodos a serem empregados e utilizados dentro do processo de ensino-aprendizagem, junto ao público a que se destinava. A maneira com que o currículo era elaborado dependia das funções que os alunos da referida modalidade de ensino iriam desempenhar futuramente dentro do mercado de trabalho.

Era uma aprendizagem voltada para o mercado de trabalho, pois, como elucidamos anteriormente, o ensino de jovens e adultos em nosso país só se deu a partir do desenvolvimento do setor industrial. Paulo Freire criticou veementemente a maneira com que era feito o currículo da EJA no Brasil, pois o mesmo conhecia a realidade da população que necessitava de tal assistência. Freire coordenou algumas campanhas de alfabetização de adultos no Nordeste e antes do golpe militar no país, havia sido nomeado pelo então Presidente João Goulart para coordenar o plano nacional de alfabetização. Infelizmente Paulo Freire foi exilado após ser deflagrado o golpe. As críticas freireanas vão desde os métodos empregados para o repasse de conteúdos e principalmente ao currículo e conteúdo ministrado. Nas suas palavras:

As cartilhas, por boas que sejam, do ponto de vista metodológico ou sociológico, não podem escapar, porém, à uma espécie de ‘pecado original’, enquanto são o instrumento através do qual se vão ‘depositando’ as palavras do educador, como também seus textos, nos alfabetizados. E por limitar-lhes o poder de expressão, de criatividade,

são instrumentos domesticadores (FREIRE, 1968, p. 14).

O ensino através de cartilhas ia contra os métodos utilizados por Freire, que se fazia através da linguagem e histórias cotidianas dos diferentes grupos sociais como metodologia de ensino. Enquanto que as cartilhas, que compunham o currículo da EJA na época, eram pré-estabelecidas e iguais para todo o país e não traziam consigo as particularidades próprias de cada região.

Quanto aos objetivos, as campanhas nacionais que utilizavam as cartilhas tinham apenas a intenção de ensinar as primeiras letras e criar uma espécie de falsa esperança de que os educandos seriam capazes, depois do período de ensino, de buscar um emprego ou uma posição mais elevada no campo social. Enquanto o método freireano buscava, através das palavras geradoras, alfabetizar de uma forma politizada corroborando com a realidade dos educandos. Em linhas gerais esse modelo se caracterizava por ser reprodutor do sistema vigente na época e, conseqüentemente, alienante. Já o método de Freire se utilizava, como já dito anteriormente, das múltiplas realidades, das histórias, do cotidiano advindo do público ao qual atendia. Através das “palavras geradoras”, como o autor definiu, ia sendo implementada sua prática pedagógica. Ele ia formulando seu currículo diariamente de acordo com o público atendido. Em resumo, seu método era feito de acordo com a plateia ao qual atendia e era vista como uma educação política e libertadora, pois preparava o cidadão para a vida em sociedade ciente de seus direitos e deveres.

O contexto da EJA começou a se modificar a partir de 1971 com a nova LDB, que por sinal foi a primeira legislação a tratar sobre a educação de jovens e adultos em nosso país. Na constituição de 1988 já se havia instituído que era responsabilidade do Estado garantir os meios necessários para que a população em determinada faixa etária fosse plenamente atendida pelo programa. A LDB de 1996 também tem uma parte dedicada ao ensino de jovens e adultos e veio fortalecer os direitos conquistados anteriormente. Outros documentos que contribuíram fortemente para o avanço da EJA durante a década de 1990 foram a declaração de Jomtien em 1990 e a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada em Hamburgo em 1997.

O cenário atual ainda reflete um pouco o modelo de campanhas implantadas pelo governo durante o século XX. Há de ser frisado que aqui já houve uma ampliação do conceito de currículo, pois o mesmo era definido como: “[...] conjunto dos conteúdos programáticos estabelecidos para as disciplinas e séries escolares [...]” (OLIVEIRA, 2006, p. 231). A mesma autora define essa ampliação da seguinte forma:

[...] estudos curriculares mais recentes evidenciam tendências a considerar os procedimentos metodológicos e avaliativos preconizados nas propostas curriculares e nos planejamentos específicos também como currículo, o que corresponderia a levar em consideração os processos reais de transmissão dos conteúdos e de avaliação da aprendizagem como elementos dos currículos (OLIVEIRA, 2006, p. 232).

Essa mudança de conceito se deu de forma gradativa, na qual os movimentos da década de 1990 foram cruciais para essa evolução.

Os dois últimos programas ofertados pelo governo federal e a maneira com que os mesmos são constituídos e o currículo desses confirmam tal semelhança. No primeiro, denominado de “Alfabetização solidária” iniciado em 1997, os educandos teriam como professores alunos de 9º ano do ensino fundamental ou alunos do ensino médio que receberiam de Universidades Federais uma breve formação que durava aproximadamente 1 (um) mês, onde seriam repassadas as orientações curriculares e durante os outros 5 (cinco) meses eles ensinariam o público da EJA. É importante frisar aqui o termo “campanha” utilizado anteriormente, pois o mesmo se caracteriza por ser um ensino passageiro, sem continuidade e de duração muito reduzida, mas que se torna bastante viável para quem o oferta, já que é de baixo custo por não utilizar professores diplomados para tal função.

Outro ponto importante diz respeito a estrutura do programa, o governo federal repassa verbas às universidades para capacitação dos educadores e também aos municípios para disporem de um local adequado ao ensino. Essa centralização na esfera federal acaba por manter ainda os interesses privados junto a essa modalidade educacional, pois muitas cidades não recebiam verba suficiente para atender ao público e se sujeitam aos interesses privados.

O segundo programa de nome “Brasil alfabetizado” foi iniciado em 2004 e teve poucas diferenças quando comparado ao seu antecessor. A principal das diferenças se deve ao fato de agora haver uma maior descentralização no que diz respeito à oferta e garantia na efetivação dos serviços e currículo trabalhado, haja vista que esse novo programa destinou aos municípios essa responsabilidade. Essa mudança foi importante para afastar as Organizações Não Governamentais – ONG’s ligadas ao setor privado do país que ainda se faziam presentes na oferta desse ensino.

São muitos os desafios a serem superados quando se fala em planejar um currículo congruente com a instituição, pois deve ser considerada uma série de fatores além dos espaços escolares. Entender os diferentes contextos dos estudantes, conciliar as teorias com as práticas diárias de sala de aula são alguns dos obstáculos que devem ser

superados ao se pensar em um currículo. Quando se trata de currículo na EJA esse desafio se torna ainda maior, tendo em vista que eles já trazem consigo uma bagagem cultural e visão de mundo bem definida e esses são fatores que devem ser levados em conta no planejamento curricular.

No processo de pesquisa deste artigo foram visitadas duas diferentes instituições. A primeira se utiliza da modalidade semipresencial em seu currículo, enquanto a segunda conta com aulas presenciais diariamente. Em ambas conversamos com as respectivas coordenadoras pedagógicas e com professores de diferentes áreas de ensino. As instituições visitadas, bem como as observações feitas nas mesmas estão descritas abaixo.

A primeira instituição que visitamos foi o Centro Educacional de Jovens e Adultos - CEJA onde, em um primeiro momento, conversamos com a coordenadora pedagógica da instituição, que nos explicou o funcionamento e o processo de ensino-aprendizagem que a escola utiliza. A instituição funciona na modalidade semipresencial e os alunos estudam a partir do 6º ano do ensino fundamental. Os discentes recebem um livro didático, que abrange todas as disciplinas referentes ao ano que estão estudando e procuram os professores na instituição somente para tirar dúvidas, visto que todos os conteúdos são estudados em casa. Depois de serem feitos os estudos e as atividades do livro, o aluno irá passar por um processo avaliativo para concluir a série e avançar no ensino. Quando o discente conclui o ensino fundamental tem a possibilidade de continuar na instituição para fazer o ensino médio onde irá cursar os 3 (três) anos dessa modalidade com apenas um livro que consta de conteúdos estruturados para o triênio.

Para a elaboração do currículo a escola se baseia nas diretrizes do Ministério da Educação, onde o mesmo é reformulado quando necessário e os planejamentos ocorrem de acordo com o material (livros) que são renovados a cada 3 (três) anos. O planejamento anual ocorre na semana pedagógica no início de cada ano letivo, porém, todos os meses acontecem reuniões entre os professores e a coordenação para realização do planejamento mensal e tirar dúvidas entre os próprios professores. Quanto às dificuldades de se trabalhar a EJA, a coordenadora relatou que a maior é quanto à interdisciplinaridade, visto que os alunos acabam, muitas vezes, confundindo os conteúdos das diferentes disciplinas.

Na conversa com os professores, buscamos dialogar com foco nos aspectos voltados à formação dos mesmos para atuar na EJA e a maneira como é aplicado o conteúdo, bem como é feito o atendimento ao educando. Quanto à formação, todos foram bastante enfáticos ao afirmarem que dentro de suas graduações não tiveram nada

voltado para tal área e que muitas coisas foram aprendendo na própria vivência da sala de aula. Mas, os mesmos relataram que, após o ingresso na escola, é disponibilizado um curso anual de preparação e que há formações contínuas para os educadores, porém, vale ressaltar que a participação nos cursos não é obrigatória.

Os conteúdos são aplicados de forma simplificada de acordo com o educando que está sendo atendido, porém sem diminuir o nível do que está sendo abordado. Já as atividades são feitas tanto em sala, quanto em casa e depois são revisados pelo professor em sala. No final dos conteúdos programados para aquele semestre acontece uma avaliação escrita, totalizando duas avaliações por disciplina durante o ano letivo. Os professores afirmaram que conseguem trabalhar todo o conteúdo dos livros, o que, nas palavras dos mesmos, seria impossível em uma escola de ensino regular. Notamos a satisfação tanto dos educadores quanto dos alunos nessa modalidade, o que possibilita que o processo de ensino-aprendizagem realmente aconteça.

Assim como na outra instituição, tivemos a oportunidade de conversar com a coordenadora pedagógica responsável pela modalidade EJA na escola, visto que lá também é trabalhado o ensino regular e também dialogamos com alguns professores. No Serviço Social do Comércio - SESC as aulas ocorrem de forma presencial de segunda a sexta-feira no horário noturno e são trabalhadas as seguintes modalidades da EJA: alfabetização, ciclo 1 que é referente ao fundamental I da rede regular, o ciclo 2 (dois) referente ao ensino fundamental II do ensino regular e o ensino médio.

Iniciamos a conversa tratando sobre como é feita a abordagem pelos professores junto aos alunos e os educadores foram bastante diretos ao afirmarem que o trabalho desenvolvido é dentro da proposta construtivista, onde o professor se utiliza da bagagem trazida pelos educandos para gerar debates, construções e desconstruções de ideias. Essa concepção está ligada às ideias de Paulo Freire que utilizava a linguagem e o cotidiano do público atendido para desenvolver seu método. Quanto ao planejamento curricular, o mesmo é feito nas segundas, terças e quartas-feiras de todas as semanas de forma individual e aos sábados há uma socialização entre os professores para o compartilhamento de ideias, debates sobre o que vem correspondendo e o que não está dando certo e ao final dos encontros são elaborados os planos de aula da semana seguinte.

As aulas são bastante discursivas por meio de debates e ajuda mútua entre os próprios alunos. O currículo tem como base as orientações feitas pelo Ministério da Educação - MEC, porém há uma adaptação do documento em questão para atender

as propostas da referida instituição. Quando se trata de formação, o SESC tem seu próprio programa de formação continuada junto aos seus educadores, onde as atividades acontecem mensalmente por meio de videoconferências, seminários, palestras que não se resumem apenas aos professores da instituição, mas a todo público que desejar participar. A principal dificuldade ao se trabalhar o currículo da EJA na escola é quanto a diferença de idade entre os educandos, o que acaba por gerar alguns conflitos devido às visões diferentes sobre assuntos variados e ao próprio comportamento diferente que cada geração apresenta.

Conclusão

Observamos ao longo da história da EJA a dificuldade em se planejar um currículo sólido que realmente atenda às necessidades do público ao qual se destina. Historicamente o público da mesma é composto pela parcela menos favorecida da população, o que culmina muitas vezes com a falta de interesse dos próprios alunos em buscar instituições que ofertam esse atendimento. Atualmente os desafios enfrentados pelos alunos e pelas instituições são vários e vão desde a falta de investimentos até espaço físico adequado para receber os alunos.

Tratando-se das instituições visitadas para a construção deste trabalho, ambas seguem o modelo de currículo disponibilizado pelo MEC, mas, fazem suas adaptações de acordo com as necessidades dos alunos e o modelo de ensino no qual as mesmas se fundamentam. Em linhas gerais as principais dificuldades relatadas nas visitas as instituições são a heterogeneidade com relação à faixa etária do público atendido, o que muitas vezes causa conflitos dentro da sala de aula entre os mesmos, a não aceitação das diferenças culturais e ideológicas entre os colegas de sala, necessitando, muitas vezes, da presença da coordenadora ou diretora na sala de aula, dentre outros.

Os alunos de mais idade demonstram maior interesse em aprender que os mais jovens, uma vez que estes se distraem mais fácil, principalmente pelo uso constante do celular, enquanto os de idade avançada, na maioria das vezes, não tiveram a oportunidade de estudar enquanto jovens e veem na EJA uma porta para adquirir conhecimento em leitura e escrita, levando em conta a história de vida dos mesmos e o conhecimento já existente. Com base nas visitas realizadas pudemos perceber que não basta apenas planejar um currículo eficiente para resolver os problemas da EJA, há de se ter uma integração maior entre os alunos, professores e núcleo gestor que compõem a escola para que o trabalho dos professores seja facilitado.

Referências

- ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. **Alfabetização e Cidadania**, São Paulo: RAAB, n. 11, p. 9-20, abr. 2001.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular**: um estudo sobre educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.
- CHEMIN, Beatriz Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos**: planejamento, elaboração e apresentação. 2. ed. Lajeado: Ed. da Univates, 2012.
- FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos - crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. In: _____. Ed. 5. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. cap. 1, p. 13-23.
- GONÇALVES, Carlos Alberto; MEIRELLES, Anthero de Moraes. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. (1985). **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Tendências recentes dos estudos e das práticas curriculares. In: RAAAB. **Construção Coletiva**: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: Unesco, 2005. cap. 6, p. 231-241.
- SAMPAIO, Maria Narcizo. Educação de Jovens e Adultos: uma história de complexidade e tensões. **Revista Práxis Educacional**, Itapetinga, vol. 5, n. 7, 13-27, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/241>> Acesso em: 22 nov. 2016
- YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.